

A Educação Ambiental e a Base Nacional Comum Curricular: O silenciamento de políticas ambientais nos currículos brasileiros

*Environmental Education and the National
Common Curricular Base: The silencing of
environmental policies in Brazilian curricula*

*Educación Ambiental y Base Curricular Común
Nacional: El silenciamiento de las políticas
ambientales en los currículos brasileños*

Édson dos Santos Pereira

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
edsonsantos5656@gmail.com

Douglas Henrique Melo Alencar

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
douglashalenkar@gmail.com

Vera de Mattos Machado

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
veramattosmachado1@gmail.com

Resumo: A Base Nacional Comum Curricular é entendida como um documento norteador para o Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino Superior nas licenciaturas, ou seja, é o coração das reformas atuais. Desta forma, representa um modelo de organização

curricular diretamente relacionado à melhoria de indicadores de qualidade. Sendo assim, o objetivo é analisar as publicações referentes à Educação Ambiental e à Base Nacional Comum Curricular. Para isso, foi realizada uma pesquisa qualitativa, utilizando o instrumento de análise de conteúdo e o software Iramuteq. Conclui-se que há uma preocupação em relação ao silenciamento da Educação Ambiental na Base Nacional Comum Curricular, como também, é um documento que influencia diretamente na elaboração dos currículos e na orientação das práticas docentes no ambiente escolar.

Palavras-chave: Currículo. Ensino. Meio ambiente.

Abstract: The National Common Curricular Base is understood as a guiding document for Elementary Education, Secondary Education and Higher Education in undergraduate courses, that is, it is the heart of the current reforms. Thus, it represents a model of curricular organization directly related to the improvement of quality indicators. Therefore, the objective is to analyze the publications related to Environmental Education and the National Common Curricular Base. For this purpose, qualitative research was carried out, using the content analysis instrument and the Iramuteq software. It is concluded that there is a concern regarding the silencing of Environmental Education in the National Common Curricular Base, as well as it is a document that directly influences the elaboration of curricula and the guidance of teaching practices in the school environment.

Keywords: Curriculum. Teaching. Environment.

Resumén: Este La Base Curricular Común Nacional se entiende como un documento rector de la Educación Primaria, la Educación Secundaria y la Educación Superior, es decir, es el corazón de las reformas actuales. De esta manera, representa un modelo de organización curricular directamente relacionado con la mejora de los indicadores de calidad. Por tanto, el objetivo es analizar

publicaciones referentes a EA y BNCC. Para ello se realizó una investigación cualitativa, utilizando el instrumento de análisis de contenido y el software Iramuteq. Se concluye que existe preocupación respecto al silenciamiento de la EA en el BNCC, además, es un documento que influye directamente en el desarrollo de los planes de estudio y la orientación de las prácticas docentes en el ámbito escolar.

Palabras clave: Currículo. Docencia. Medio Ambiente.

Introdução

As questões ambientais estão em destaque nas mídias nacional e internacional, dada a urgência acerca de temas como efeito estufa, aquecimento global e eventos climáticos extremos que se encontram no centro das discussões ambientais em todo o mundo. É perceptível que há alterações climáticas acontecendo, isso pode ser verificado com o declínio da biodiversidade dos biomas brasileiros¹. Desta forma, diante da situação atual dos serviços ecossistêmicos e das ações antrópicas, e o reflexo disso para a sociedade, faz-se necessário o debate acerca das questões relacionadas ao meio ambiente.

Diante desse cenário, o papel da Educação formal para sociedade é fundamental. Há que se admitir que a formação básica escolar não pode resolver por si só todos os problemas que a sociedade demanda, mas, é possível desenvolver e construir conhecimentos, realizar discussões e reflexões que sensibilizem os estudantes para as várias problemáticas sociais, tal qual as questões ambientais.

Com relação à Educação Básica, o grande destaque da atualidade está para o Novo Ensino Médio (NEM), implantado em 2022. Trata-se de uma proposta que visa modificar o cenário brasileiro do Ensino Médio (EM), ou seja, para a diminuição da evasão escolar e para a formação profissional técnica, através dos Itinerários Formativos (IF). Uma reforma com a promessa de equalizar o currículo e se tornar um normatizador dos currículos das escolas brasileiras (Queiroz; Silva; Oliveira, 2022).

No entanto, o que se verifica por meio de pesquisas recentes (Silva; Fávero; Silveira, 2023; Crestan; Ghisleni, 2024), é que o NEM ampliou as

¹ Mais de 17,3 milhões de hectares foram queimados no Brasil em 2023. É o que mostram dados inéditos da plataforma Monitor do Fogo do MapBiomas. O aumento em relação a 2022, quando 16,3 milhões de hectares foram atingidos pelo fogo, foi de 6%. Além disso, El Niño desempenhou um papel crucial no aumento dos incêndios na Amazônia e nos demais biomas. Enfim, afetando diretamente a biodiversidade dos biomas brasileiros (MAPBIOMAS, 2024).

desigualdades na formação dos estudantes do ensino público com relação ao ensino privado, pois as orientações curriculares, a partir da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para os diferentes níveis de ensino, só é obrigatória para o ensino público. Assim, a implementação da BNCC gerou debates e resultou em discussões sobre as possibilidades de definição de um currículo para todo o território nacional (Galian; Silva, 2019).

Ambas as políticas, propostas pelo Ministério da Educação (MEC), o NEM e a BNCC, são alvos de críticas e pedidos de revogação imediata pelos/as pesquisadores/as, trabalhadores/as em Educação, estudantes e uma parcela da sociedade. Com a mudança de governo do Brasil, em 2023, os movimentos em prol da revogação do NEM tem se intensificado, porém sem resultados satisfatórios até o momento.

Enquanto isso, a BNCC continua a representar um papel importante na elaboração dos currículos em diferentes localidades brasileiras (estados e municípios). Em se tratando das questões ambientais, foco deste estudo, é fundamental analisar o espaço da Educação Ambiental (EA) nas suas atribuições, tendo em vista ser “assegurado pela Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996 e a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) Lei N° 9.775/99, regulamentada pelo Decreto N° 4.281/02” (Carvalho; Oliveira, 2021, p. 449).

No entanto, é notório observar que BNCC não cita a EA, explicitamente, em seu conteúdo, ou seja, ocorre um esvaziamento dessa temática no documento, ainda que faça apenas referência à promoção da consciência socioambiental e do consumo responsável (Barbosa; Oliveira; 2020; Oliveira; Neiman, 2020; Lutkenhaus; Pessoa; Peixoto, 2022).

Apesar de o documento tratar a EA em temas transversais, ficam várias lacunas de como o professor e o gestor a executarão, de forma a contribuir para formação crítica dos estudantes, favorecendo mudanças de pensamento e postura frente ao cenário atual, ou seja, das preocupantes questões ambientais. Todavia, trabalhar questões ambientais na escola e na

comunidade é fundamental para o desenvolvimento de cidadãos críticos, reflexivos e transformadores da realidade socioambiental.

Diante disso, objetivamos verificar e analisar as discussões relacionadas às produções científicas sobre a BNCC e como estão apresentando a temática EA em seu contexto, uma vez que este documento interfere diretamente na formação dos estudantes do ensino básico, e especificamente do NEM.

BNCC e Educação Ambiental

A BNCC é o documento curricular responsável em definir as diretrizes, objetivos e metas de aprendizagem, que orienta a construção dos currículos escolares do território brasileiro (Silva; Loureiro, 2020). A BNCC é entendida como o coração das reformas do Ensino Fundamental (EF), Ensino Médio (EM) e Ensino Superior (ES), ou seja, um modelo de organização curricular diretamente relacionado à melhoria de indicadores de qualidade e de dados relativos à Educação; isto significa que surgiu para corresponder às demandas do estudante desta época, preparando-o para o futuro (Lourenço, 2021). No entanto, o documento vem sofrendo várias críticas relacionadas ao modelo de currículo que está sendo concretizado nas escolas, principalmente as públicas brasileiras.

Frente a isso, verificar o espaço da EA neste documento curricular orientador e compreender a perspectiva em que é tratada é fundamental para garantir que esse tema contemporâneo faça parte do currículo prescrito para as escolas, da forma como é discutida e orientada pelo campo de estudo no país. No entanto, analisando o histórico das discussões relacionadas à elaboração da BNCC é possível observar que a EA deveria ocupar um papel importante nesta reforma. Nas versões preliminares da BNCC (1ª e 2ª) ela aparece com pouco destaque, já na 3ª versão, e última, é possível perceber que a EA é citada uma única vez (Oliveira; Neiman, 2020), (Silva; Loureiro, 2020) mencionando que:

(...) cabe aos sistemas e redes de ensino, assim como às escolas, em suas respectivas esferas de autonomia e competência, incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora (...) educação ambiental (Lei nº 9.795/1999, Parecer CNE/CP nº 14/2012 e Resolução CNE/CP nº 2/201218) (Brasil, 2017).

Na BNCC do EF e do EM a EA não tem uma representação significativa. Embora a agenda internacional esteja discutindo fortemente sobre a temática, preocupada com as questões ambientais emergentes, propondo diretrizes e linhas para o desenvolvimento sustentável, não há de forma clara como o professor poderá desenvolver tal temática, dado que o documento restringe a sua inserção.

Em uma primeira análise, as diretrizes internacionais para a EA foram adotadas em vários contextos, como por exemplo, a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, com políticas públicas desenvolvidas para fortalecer e promover EA e dar-lhe uma conotação transdisciplinar. Em um mundo onde as questões ambientais são cada vez mais complexas e urgentes, é cada vez mais importante preparar os estudantes para abordagem de problemas de forma transdisciplinar (Wei et al., 2020; Fujioka; Cruz; Oliveira, 2021).

Isso tem favorecido a vinculação ambiental aos temas de diferentes áreas do conhecimento, em diversos contextos educativos, ou seja, na educação formal, não formal ou informal (Lopera-Perez et al., 2021; Reis; Schwertner, 2021).

Vale a pena ressaltar que os dados do V Relatório Luz 2021 mostram que o Brasil não obteve nenhum progresso nas 169 metas dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, da Organização das Nações Unidas (ONU) (Fiocruz, 2021). Aliás, “a EA deve responder às questões ambientais definindo não apenas novos objetivos e conteúdos relevantes, mas programas de ensino específicos para capacitar pessoas e alunos” (Esteban Ibáñez et al., 2021. p. 5)

Posto isso, a BNCC na apresentação das competências específicas para a temática ambiental no Ensino Básico não faz nenhuma referência à cidadania ou às formas pelas quais o professor pode desenvolver os conteúdos de forma a efetivar a EA, tampouco no que se refere ao uso dos eixos temáticos e as habilidades (Fujioka; Cruz; Oliveira, 2021).

Enfim, a BNCC é o instrumento de orientação dos currículos brasileiros, porém, não há orientações claras para a gestão, professores e a comunidade escolar, as quais propiciem debater o cenário atual do meio ambiente, através do desenvolvimento de percepção ambiental no seu contexto local, regional e global.

Metodologia

Para analisar os dados coletados, optamos pela pesquisa qualitativa, que “utiliza uma abordagem buscando a emergência de uma teoria e considera o fenômeno social como algo construído pelas pessoas” (Farra; Lopes, 2013, p. 72). Ainda, para viabilizar esses quesitos, foi utilizado o dispositivo de Análise de Conteúdo - AC (Bardin, 1977).

A AC constitui uma metodologia de pesquisa utilizada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos, ou seja, ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum (Bardin, 1977; Moraes, 1999).

Dessa forma, o levantamento dos dados foram feitos a partir dos buscadores das três revistas científicas eletrônicas, tais quais: Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA), Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental (REMEA) e Ambiente e Educação. No total foram selecionados 15 artigos científicos sobre a Educação Ambiental em contexto da BNCC, no período de 2018 a 2023. A busca e o levantamento dos dados

foram realizados no mês de dezembro de 2023. A escolha dessas revistas está relacionada ao fato de serem periódicos especializados em EA.

Sendo assim, para coleta de dados utilizamos o método de busca simples por assunto com a expressão “base nacional comum curricular”, no buscador de cada uma das revistas. Para análise dos artigos científicos, foram estabelecidas algumas fases, como definido a seguir: 1) busca de descritores; 2) seleção e leitura dos títulos que indicavam diretamente a relação entre EA e BNCC; e, 3) por fim, a leitura dos resumos dos artigos.

Para registros dos dados foi elaborado uma tabela e montado um corpus textual com os resumos no Word para análise no software Iramuteq. É o caso do *Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires (Iramuteq)*, desenvolvido pelo pesquisador francês Pierre Ratinaud em 2009, e vem sendo crescentemente utilizado em pesquisas qualitativas no Brasil (SOARES, et al., 2022).

Resultados e discussões

A apresentação dos resultados está dividida em duas partes. Inicialmente apresentamos os indicadores de distribuição Temporal e na segunda parte uma Análise detalhada dos resumos, ou seja, a partir do referencial metodológico adotado, a AC conforme Bardin (1977; MORAES,1999), efetuamos as categorizações dos dados, e com os referenciais teóricos escolhidos realizamos as discussões sobre os elementos representativos. Em relação à distribuição Temporal, os 15 artigos foram publicados no período de 2018 a 2023 (Figura 1).

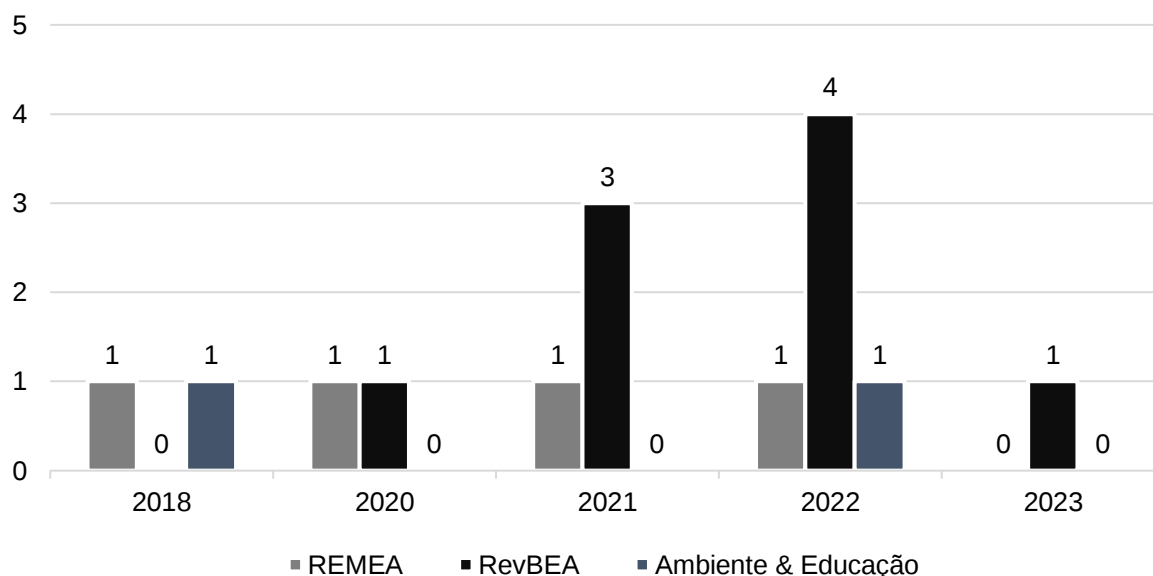


Figura 1: Distribuição temporal dos 15 artigos analisados.

Fonte: Elaborado pelos autores deste artigo, 2024.

Os autores dos artigos buscaram a compreensão do espaço da EA na BNCC, no momento que ocorreu a discussão das versões desse documento, sendo que a última versão foi aprovada, e em “20 de dezembro de 2017, o MEC homologou a BNCC para as etapas da Educação Infantil e Ensino Fundamental. Para a etapa do Ensino Médio, o documento foi homologado em 14 de dezembro de 2018 (Barbosa; Oliveira, 2020, p. 325).

Todo o processo de aprovação da BNCC passou por grandes polêmicas, principalmente com relação à participação social e foi marcada por um período de crise econômica e política, debates e críticas em torno de sua elaboração por parte da sociedade no geral, já que sua versão final foi publicada sem um tempo maior para comunicação e discussão das propostas (Bittencourt; Carmo, 2021).

Em razão disso, os autores dos artigos demonstram uma preocupação sobre como a EA se apresenta na BNCC e como ela será apresentada na elaboração dos currículos dos Estados brasileiros (Barbosa; Oliveira, 2020; Bittencourt; Carmo, 2021; Carvalho; Oliveira, 2021).

Para compreender esse debate em torno da BNCC, foi gerado um corpus geral constituído por 15 resumos, separados 41 segmentos de texto, aproveitamento de 85,37%, emergiram 1484 ocorrências (palavras, formas ou vocábulos). O corpus textual rodado na CHD gerou seis classes, que correspondem a segmentos de textos com vocabulário semelhante, de tal forma que essas classes se mostram relativamente equilibradas: Classe 1, com 13,33%; Classe 2, com 13,33%; Classe 3, com 13,33%; Classe 4, com 20%; Classe 5, com 20% e Classe 6, com 20% (Figura 2).

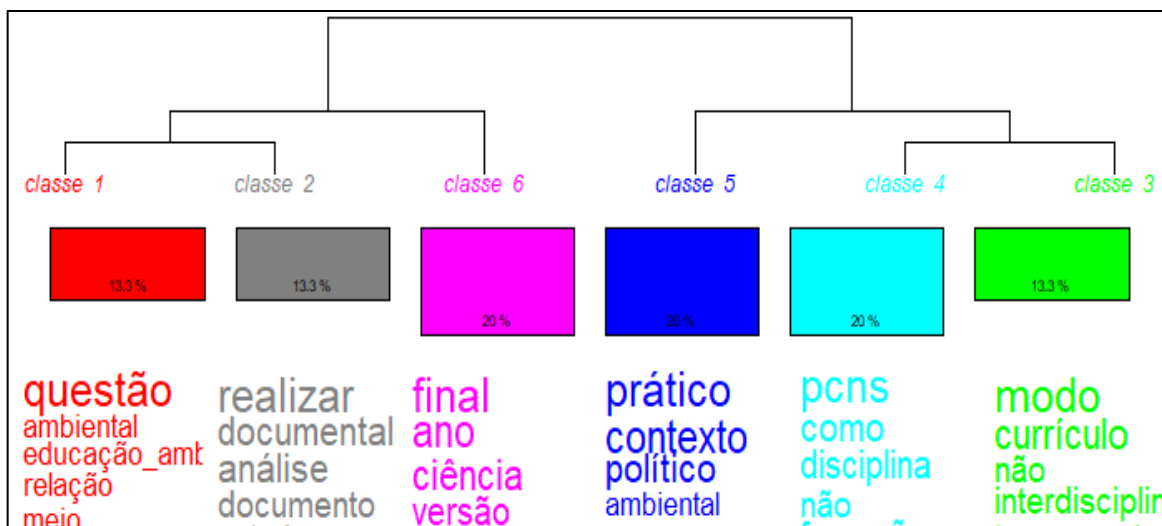


Figura 2: Dendrograma da Classificação Hierárquica Descendente (CHD) demonstrando as classes relacionadas à Educação Ambiental com a BNCC

Fonte: Elaborado pelos autores deste artigo, 2024.

Em seguida, renomeamos a Classe 2, que passou a ser identificada como “Análise Documental”, ou seja, os pesquisadores dos artigos analisados utilizaram como metodologia a “Análise Documental” para verificar como a EA estava presente na BNCC. Este tipo de pesquisa apresenta similaridades com a pesquisa bibliográfica, ou seja, embasa-se diretamente nas fontes científicas e materiais impressos e editados (Cechinel et al., 2016). Em virtude da utilização desse método de análise foi

possível estabelecer as diversas discussões que originaram as demais classes.

Em relação às Classes 1 e 6, essas foram reorganizadas em uma única categoria com a seguinte nomeação: “A importância da EA para questões ambientais nas versões da BNCC”, onde há uma preocupação referente à visão/concepção da EA na BNCC para discutir e orientar as questões ambientais.

Segundo Barbosa e Oliveira (2020, p. 334), “há uma exclusão do conceito de EA, como importante área de conhecimento para os estudos realizados na Educação Básica sobre as problemáticas ambientais do período atual”. Na realidade, “espera-se que um documento como a BNCC forneça a possibilidade de um trabalho criativo, transdisciplinar e de protagonismo educacional, ainda mais em uma área tão crucial ao bem-estar comum como a Educação Ambiental” (Montini, et al., 2022, p 41). Desse modo, esperava-se que a BNCC contribuísse para orientação da inserção da EA em novos currículos.

Contudo, a EA é reduzida, ou seja, a última versão da BNCC, “é marcada pelo esvaziamento da EA com teor crítico, contribuindo para a produção de um texto que não apresenta as ligações histórico, social e cultural que materializam os problemas ambientais” (Oliveira, et al., 2021, p.338). É preciso pensar a EA como um processo de construção de um comportamento que vai além do individual, enfatizando a responsabilidade de todos, com o fim de alcançar uma sociedade capaz de discutir e debater a preservação e o uso sustentável dos recursos naturais (Carvalho; Oliveira, 2021). Vale a pena ressaltar, “que após as três versões, ainda existiam muitas críticas em relação ao documento, várias mudanças que deveriam ser realizadas, dentre elas a inclusão da EA na versão definitiva da BNCC” (Oliveira; Neiman, 2020, p.46).

Quanto às Classes 3 e 4, estas foram organizadas em uma única categoria denominada “Currículo e PCNs”, destacando o papel da EA como tema transversal. Primeiramente, em relação a BNCC, a EA “não possui a

visibilidade, como possuía nos PCN. Mesmo sendo um tema contemporâneo que deve ser incorporado ao currículo de forma transversal, a inserção desse tema não é expressiva” (Bittencourt; Carmo, 2021, p.210). Perante o silêncio da EA na BNCC, foi adotado o termo “consciência socioambiental”, foi a opção eleita, ainda que com raras citações (Frizzo; Carvalho, 2018).

A “consciência socioambiental” não foi pensada conforme a EA Crítica, definida por Layrargues (2002, p.189), como “um processo educativo eminentemente político, que visa ao desenvolvimento nos educandos de uma consciência crítica acerca das instituições, atores e fatores sociais geradores de riscos e respectivos conflitos socioambientais”.

Esse pensamento se configura como um componente interdisciplinar ou transdisciplinar, pelo fato de necessitar de vários protagonistas, evidenciando que o trânsito entre componentes curriculares se faz necessário para atender à demanda da EA. Portanto, favorecendo a legislação e as políticas atuais para EA dos últimos anos (PNEA, 1999), que entende a EA como aberta, transdisciplinar e engajada nos temas socioambientais atuais (Montini et al., 2022).

Para elaboração de um currículo que atenda a demanda da EA deve-se pensar em todas as variáveis possíveis para vislumbrar a interdisciplinaridade ou transdisciplinaridade, ao ponto de propor uma EA crítica, transformadora e emancipatória. Desta forma, deve-se favorecer o pensamento crítico na medida em que discute e explicita as contradições do atual modelo de civilização, da relação sociedade natureza e das relações sociais que ele institui (Quitias, 2004). Isto pode contribuir para formação de professores e estudantes capazes de discutir e debater temas contemporâneos relacionados às ações antrópicas e aos impactos ambientais.

Por fim, a Classe 5 foi denominada “Práticas pedagógicas”, pois quando se trata de um documento norteador como a BNCC, que é o instrumento legal que apresenta orientações para a prática pedagógica no

ambiente escolar, a grande preocupação emerge com relação ao silenciamento da EA no documento, conforme discutido anteriormente.

Ademais, “é lamentável e um retrocesso para a educação no Brasil que a recente BNCC negligencie as políticas públicas que asseguram a presença da EA nas escolas quando consolidam-se com os estudos de pesquisadores, os quais discordam da atual BNCC” (Behrend; Cousin; Galiuzzi, 2018, p.85). Pois a EA é apresentada como um dos temas contemporâneos, sendo reduzida ao que deve ser incorporado ao currículo e às propostas pedagógicas das escolas, preferencialmente de forma transversal e integradora (Behrend; Cousin; Galiuzzi, 2018; Oliveira et al., 2021)

A propósito, deve-se repensar e discutir a BNCC para uma EA Crítica a ser implementada na prática docente. De tal maneira, que nasça um sujeito crítico e transformador para atuar em uma realidade no sentido de contribuir, refletir e mudar atitudes, ou seja, é o sujeito consciente das relações existentes sobre a sociedade, cultura e natureza, posto que, é a relação entre ser humano e a natureza (Torres, 2014)

É evidente que a EA tem em vista o compromisso com uma construção de valores e comportamentos, os quais possibilitam ao educando vislumbrar a legítima e genuína interação entre o homem e a natureza que segue pautada no respeito (Carvalho; Oliveira, 2021). Para isso, é importante pensar em uma formação de professores que possa propiciar essa formação aos estudantes. A “EA, numa perspectiva crítica e transformadora, para além da concepção de práticas pedagógicas pautadas em princípios individualistas, imediatistas e que compreendem as soluções simplistas, deve estar incluída na formação inicial e continuada dos docentes” (Barbosa; Oliveira, 2020, p. 4).

Com relação à Análise Textual de Similitude, encontramos as palavras mais relacionadas entre si. Nesse sentido, a palavra, “Educação Ambiental”, em destaque (Figura 3), representa a palavra com maior incidência de semelhança e ligações entre os vocábulos do corpus textual “bncc”, “ensino”, “documento” e “como”. Dela, derivam outras palavras que também

se sobressaem dentro da árvore máxima. Embora haja esse destaque, outros vocábulos realçados na análise, como, “abordagem” e “PCNs”, a princípio, na área mais próxima do vocábulo “bncc”, se encontram nas extremidades da árvore formada, destacam três palavras “versão”, “realizar” e “educação”.

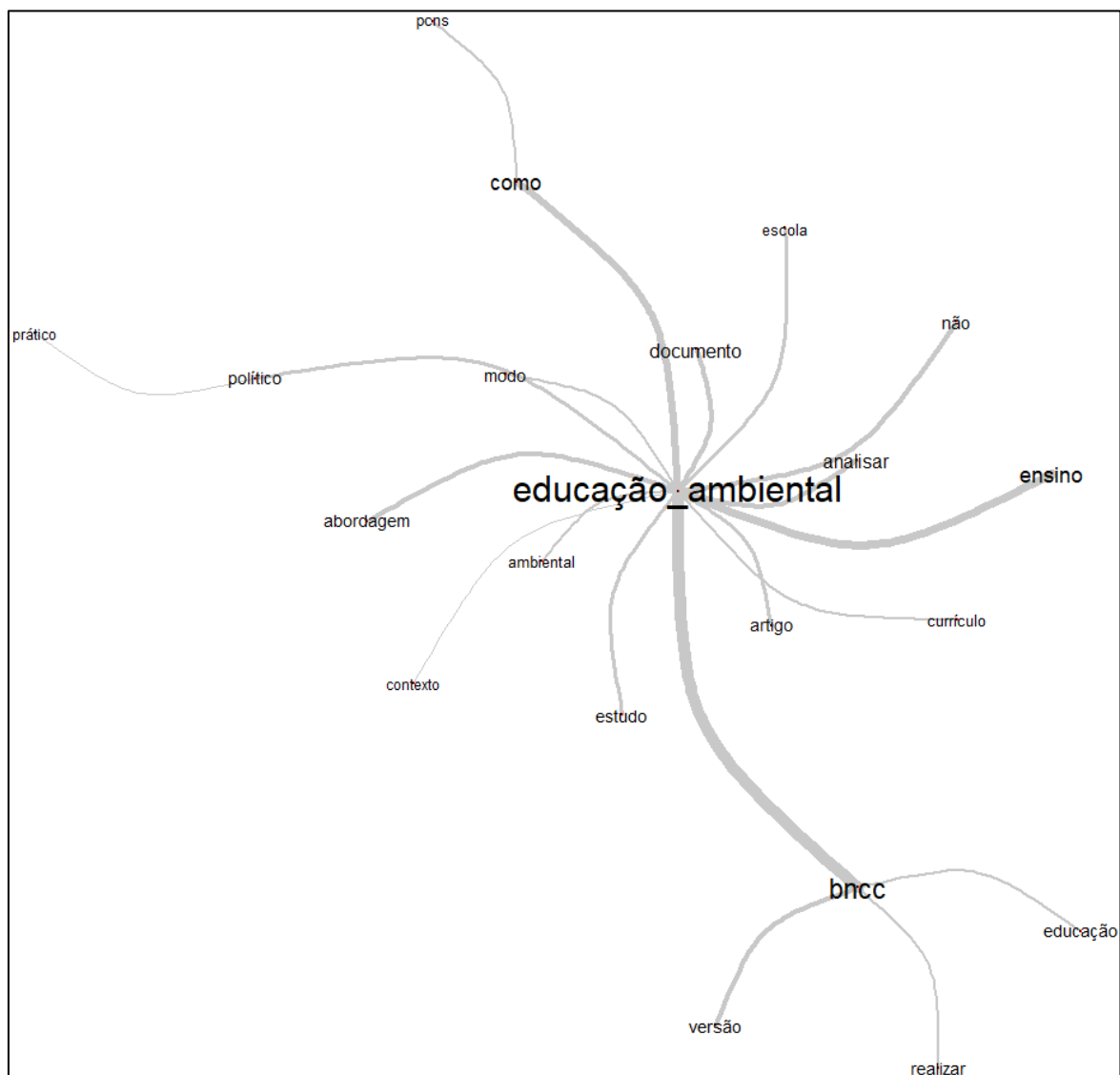


Figura 3. Análise textual de Similitude mostrando as ocorrências entre as palavras acerca das classes relacionadas à Educação Ambiental e a BNCC.

Fonte: Elaborado pelos autores deste artigo, 2024.

Quando observamos os vocábulos EA e BNCC, verificamos a presença de uma linha espessa que demonstra uma grande relação entre eles nos resumos analisados, ou seja, estabelece uma preocupação do papel da EA na BNCC. Pelo fato de o MEC apontar a BNCC como um importante instrumento de gestão educacional, desenvolvido para auxiliar gestores, equipe técnica pedagógica e professores, com a intenção de promover uma educação com equidade, baseada na diversificação nacional e regional (Texeira; Silva; Azevedo, 2022).

Porém, constatamos um apagamento desse termo, que evidencia a “exclusão e desconsidera o processo histórico de lutas dos movimentos ambientalistas, dos povos tradicionais e de outros grupos sociais, os quais se dedicam às causas ambientais pela construção de políticas públicas que venham fortalecer a EA no Brasil” (Barbosa; Oliveira, 2020, p. 326).

No gráfico “Nuvem de Palavras” (Figura 4), observa-se o conjunto de palavras agrupadas, organizadas e estruturadas em forma de nuvem.

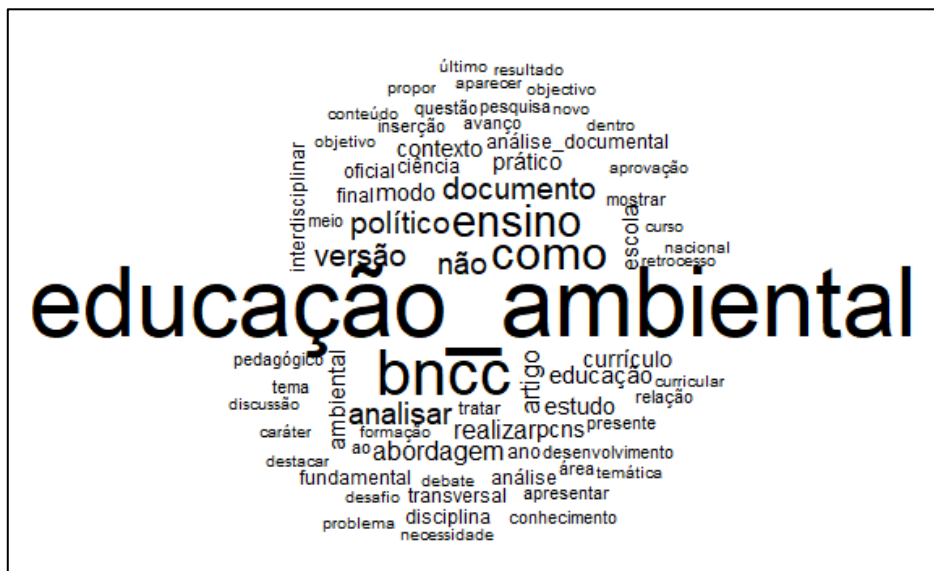


Figura 4. Formação da nuvem de palavras a partir dos dados plotados no software IRAMUTEQ relacionado à Educação Ambiental e à BNCC.

Fonte: Elaborado pelos autores deste artigo, 2024.

Os vocábulos se mostram em tamanhos diferentes e, surgem da análise dos conteúdos expressos pelos resumos acerca da relação entre EA e BNCC. É possível verificar que a palavra “Educação Ambiental” foi o léxico de maior frequência, como destacado na nuvem. Em seguida os termos “bncc”, “como”, “ensino”. Outros léxicos, a exemplo o “currículo” surge numa frequência menor, embora tenha relação direta com o contexto e o corpus textual analisado. Vocábulos como “política”, “documento”, “versão”, “analisar” surgem, mas não se destacam com uma frequência relevante.

Desse modo, o centro da discussão é a EA, gerando uma capilaridade de significados e relacionando diferentes palavras que fazem parte do contexto escolar, como por exemplo: currículo, política e documento. Nesse sentido, as discussões acerca da elaboração de currículos e práticas pedagógicas devem ser realizadas, a fim de contribuir para o aprimoramento das versões da BNCC e fortalecimento da EA neste documento.

Enfim, torna-se necessário e relevante papel a ser desempenhado pela EA na divulgação/disseminação de conhecimentos sobre o ambiente, contribuindo com sua preservação e fazendo uso dos recursos naturais de maneira sustentável, de forma crítica e emancipatória (Reis, et al., 2022).

Considerações Finais

A partir da pesquisa e corpus de resumos analisados, concluímos que há preocupação em relação ao silenciamento da EA na BNCC. É evidente que, os autores apontam ser um documento cujo teor não apresenta a EA de forma integral, que considera sua importância no processo de ensino e aprendizagem conforme estabelecido pela PNEA e DCNEA, pois este menciona minimamente a EA, deixando a critério dos estados, municípios e unidades escolares a escolha e a forma como orientação suas respectivas práticas.

Por essas razões, emergem preocupações de como os currículos serão elaborados nos Estados e Municípios brasileiros, já que EA é tratada de forma superficial na BNCC ou simplesmente como mais um tema contemporâneo, de menor importância.

Não há dúvida que nas reformas implementadas na Educação brasileira, a partir da BNCC e do NEM, existem influências políticas e econômicas, com objetivos estabelecidos pelo neoliberalismo que ronda o país, que são reforçados por políticas que reduzem as atribuições do estado sobre a educação, e flexibilizam a participação da iniciativa privada e seus respectivos interesses.

Neste momento, é necessária uma mudança drástica nos rumos da proposta curricular nacional, que atenda uma demanda social local e regional, e peculiaridades que cada escola apresenta. Por isso, rever ou até mesmo revogar o documento (BNCC), para efetivamente apresentar orientações claras e objetivas sobre a EA é imprescindível, mediante a consulta pública e discussões abertas a todos os grupos da sociedade.

Seguramente, a BNCC, trata-se de um documento que causa desconfortos nos pesquisadores, conforme verificado em nossa análise, pelas várias falácias apresentadas nos documentos. A temática de EA está apresentada na BNCC de forma evasiva, sem orientações claras sobre seus reais propósitos nos currículos, bem como, não contribui de forma significativa no auxílio para a implementação de uma EA que busca a formação de cidadãos críticos e protagonistas no atual contexto em que a sociedade está inserida.

Referências

BARBOSA, Giovani; DE OLIVEIRA, Caroline Terra. Educação Ambiental na Base Nacional Comum Curricular. *REMEA-Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*, v. 37, n. 1, p. 323-335, 2020.

BARDIN, L Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: edições, v. 70, 1977.

BEHREND, Danielle Monteiro; DA SILVA COUSIN, Cláudia; DO CARMO GALIAZZI, Maria. *Base Nacional Comum Curricular: O que se mostra de referência à educação ambiental? Ambiente & Educação*, v. 23, n. 2, p. 74-89, 2018.

BITTENCOURT, Mariana Ferreira; CARMO, Edinaldo Medeiros. A abordagem da Educação Ambiental na segunda e na terceira versão da Base Nacional Comum Curricular. *REMEA-Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*, v. 38, n. 2, p. 200-216, 2021.

BRASIL, Ministério da Educação. *A Base Nacional Comum Curricular*. MEC. 2017. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/lcis/l9394.htm> Acesso em: 20 de janeiro de 2022.

BRASIL. **Constituição** (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado **Federal**: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB*. 9394/1996. BRASIL. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm> Acesso em: 20 de janeiro de 2022.

BRASIL. *Política Nacional de Educação Ambiental, 1999*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm> Acesso em: 10 janeiro 2024.

CARVALHO DA SILVA, Maria Betânia; OLIVEIRA, Vilma Bragas. Revisão analítica dos desafios da Educação Ambiental no âmbito escolar em documentos oficiais e artigos relacionados. *Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)*, v. 16, n. 6, p. 448-465, 2021.

CECHINEL, André et al., Estudo/análise documental: uma revisão teórica e metodológica. *Criar Educação*, v. 5, n. 1, 2016.

CRESTANI, Regina Anzolch; GHISLENI, Ana Cristina. O Novo Ensino Médio no Brasil: entre a política pública e a efetivação da formação. *Vivências*, v. 20, n. 40, p. 55-68, 2024.

ESTEBAN IBÁÑEZ, Macarena et al. Environmental education, an essential instrument to implement the sustainable development goals in the university context. *Sustainability*, v. 12, n. 19, p. 7883-7904, 2020.

FARRA, Rossano André; LOPES, Paulo Tadeu Campos. Métodos mistos de pesquisa em educação: *pressupostos teóricos. Nuances: estudos sobre Educação*, v. 24, n. 3, p. 67-80, 2013.

FIOCRUZ (Brasil). *V relatório Luz 2021*. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: < <https://gtagenda2030.org.br/relatorio-luz/relatorio-luz-2021/> > Acesso em: 20 de janeiro de 2022.

FUJIOKA, Bárbara Mitsuko Zukeram; CRUZ, Luciana Aparecida Nogueira; OLIVEIRA, Edilson Moreira. A educação ambiental apresentada na BNCC e no PCN: uma breve análise. *Cadernos de Educação*, v. 20, n. 40, p. 147-166, 2021.

FRIZZO, Taís Cristine Ernst; CARVALHO DE MOURA, Isabel Cristina. Políticas públicas atuais no Brasil: o silêncio da educação ambiental Políticas públicas atuais no Brasil: o silêncio da educação ambiental Políticas públicas atuais no Brasil: o silêncio da educação ambiental. *REMEA-Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*, p. 115-127, 2018.

GALIAN, Cláudia Valentina Assumpção; SILVA, Roberto Rafael Dias da. *Apontamentos para uma avaliação de currículos no Brasil: a BNCC em questão*. Estudos em Avaliação Educacional, v. 30, n. 74, p. 508-535, 2019.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. A crise ambiental e suas implicações na educação. *Pensando e praticando a educação ambiental na gestão do meio ambiente*, v. 2, p. 159-196, 2002.

LOPERA-PEREZ, Marisol et al. *Análise Bibliométrica da Produção Científica Internacional em Educação Ambiental*. Journal of Baltic Science Education, v. 3, pág. 428-442, 2021.

LOURENÇO DA SILVA, Henrique. *Tempo político, novo ensino médio e conhecimento*. Revista Trabalho Necessário, v. 19, n. 39, p. 211-235, 2021.

LOUREIRO, Carlos Frederico et al. *Educação ambiental: dialogando com Paulo Freire*. Cortez Editora, 2016.

LUTKENHAUS, Paulo Henrique Marques; PESSOA, Gustavo Pereira; PEIXOTO, Marco Aurélio Nicolato. *Educação Ambiental: análise comparativa dos projetos pedagógicos dos cursos do ensino médio do Instituto Federal de Minas Gerais considerando as diretrizes educacionais*. Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA), v. 17, n. 2, p. 329-348, 2022.

MAPBIOMAS. *Brasil queimou área maior que o Acre em 2023*. 2024. Disponível em:< <https://brasil.mapbiomas.org/2024/01/19/brasil-queimou-area-maior-que-o-acre-em-2023/> >. Acesso em: 29 janeiro 2024.

MONTINI, Fernando et al. *O cenário da Educação Ambiental no ensino de ciências da natureza a partir da Base Nacional Comum Curricular: análises críticas e contribuições pedagógicas à luz da Teoria da Complexidade*. REMEA-Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, v. 39, n. 2, p. 32-57, 2022.

MORAES, Roque. *Análise de conteúdo*. Revista Educação, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

OLIVEIRA, Lucas; NEIMAN, Zysman. Educação ambiental no âmbito escolar: análise do processo de elaboração e aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). *Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)*, v. 15, n. 3, p. 36-52, 2020.

OLIVEIRA, Inês Barbosa. Educação bancária é emissão de conteúdos: transmissão exige comunicação dialógica. *Revista de Comunicação Dialógica*, n. 5, p. 9-30, 2021.

OLIVEIRA, Adelson Dias et al. *A Educação Ambiental na Base Nacional Comum Curricular: os retrocessos no âmbito educacional*. Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA), v. 16, n. 5, p. 328-341, 2021.

QUEIROZ, Lavínia Maria Silva; DA SILVA, Cristiana Cosme; De OLIVEIRA, Meyre-Ester Barbosa. Ensino Médio em Tempo Integral: *análise das produções de 2016 a 2018*. *Ensino em Perspectivas*, v. 3, n. 1, p. 1-24, 2022.

QUINTAS J. S. *Educação no Processo de Gestão Ambiental: Uma Proposta de Educação Ambiental Transformadora e Emancipatória*. In: *Identidades da Educação Ambiental Brasileira*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

REIS DE ARRUDA, Geilson; SCHWERTNER, Suzana Feldens. Aprendizagem em Educação Ambiental no contexto escolar: a compreensão de estudantes do Ensino Fundamental. *REMEA-Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*, v. 38, n. 2, p. 217-244, 2021.

SILVA LOURENÇO, Henrique. Tempo político, novo ensino médio e conhecimento. *Revista Trabalho Necessário*, v. 19, n. 39, p. 211-235, 2021.

SILVA, Mônica Ribeiro da; FÁVERO, Altair Alberto; DA SILVA SILVEIRA, Éder. Entrevista com Mônica Ribeiro da Silva. *Revista Espaço Pedagógico*, v. 30, p. e14467- e14467, 2023.

SILVA, Silvana do Nascimento; LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. As vozes de professores-pesquisadores do campo da educação ambiental

sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC): Educação Infantil ao Ensino Fundamental. *Ciência & Educação (Bauru)*, v. 26, p. e20004, 2020.

SOARES, Samira Silva Santos et al. Ensino do Iramuteq para uso em pesquisas qualitativas segundos vídeos do YouTube: estudo exploratório-descriptivo. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, v. 56, p.1-9, 2022.

TEIXEIRA, Luciana Cláudia Teixeira; DA SILVA, Mauro Márcio Tavares; DE AZEVEDO, Ana D.'Arc Martins. A Educação Ambiental e os documentos oficiais da educação básica: uma abordagem interdisciplinar à luz da BNCC. *Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)*, v. 17, n. 4, p. 425-445, 2022.

TORRES, Juliana Rezende; FERRARI, Nadir; MAESTRELLI, Sylvia Regina Pedrosa. Educação Ambiental crítico-transformadora no contexto escolar: teoria e prática freireana. *Educação Ambiental: dialogando com Paulo Freire*. São Paulo: Cortez, v. 1, p. 13-80, 2014.

WEI, Cynthia. et al. A framework for teaching socio-environmental problem-solving. *Journal of Environmental Studies and Sciences*, v. 10, n. 4, p. 467-477, 2020.

Édson dos Santos Pereira

Possui graduação em Ciências Biológicas pela Universidade Católica Dom Bosco (2013) e mestrado em Recursos Naturais pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2020). Doutorando em Ensino de Ciências na área de concentração em Educação Ambiental e Formação de Professores pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências (PPEC/UFMS), membro do Grupo de Estudo e Pesquisa em Formação de Professores e Ensino de Ciências - GEPEPEC/UFMS/CNPq.

E-mail: edsonsantos5656@gmail.com

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/5234263396756238>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0052-910X>

Douglas Henrique Melo Alencar

Doutorando em Ensino de Ciências pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul na linha de pesquisa de Educação Ambiental. Mestre em Ensino de Ciências na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul na área de Formação de Professores e Educação Ambiental. Licenciado em Ciências Biológicas pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Especialista em Ciências da Natureza, suas Tecnologias e o Mundo do Trabalho pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), membro do Grupo de Pesquisa em Educação Ambiental, Saberes e Ciências – SACI/UFMS.

E-mail: douglashalenkar@gmail.com

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/5899109514819670>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9940-7411>

Vera de Mattos Machado

Possui Licenciatura e Bacharelado em Ciências Biológicas pela Universidade Santa Úrsula (USU-RJ) (1984), Mestrado e Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Atualmente é docente efetiva da UFMS, nos cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas - Instituto de Biociências, Pós-graduação Mestrado e Doutorado Acadêmico em Ensino de Ciências, líder do Grupo de Estudo e Pesquisa em Formação de Professores e Ensino de Ciências - GEPEFOPEC/UFMS/CNPq.

E-mail: veramattosmachado1@gmail.com

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/7564217549396620>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5595-400X>

Recebido para publicação em outubro de 2024.

Aprovado para publicação em fevereiro de 2025.